

# Sarney: Projeto não prevê democracia sem salvaguarda

BRASILIA (O GLOBO) — O relator do projeto de reformas políticas na Comissão Mista do Congresso, Senador José Sarney (Arena-MA), declarou ontem que as alterações visando a aperfeiçoar o texto do Governo serão aceitas, observando: "É intocável a filosofia do projeto de que a democracia precisa de salvaguardas. Se encontrarmos, no entanto, salvaguardas prontas, eficazes e eficientes que assegurem a democracia, não há porque rejeitar".

Sarney recebeu ontem delegação dos líderes da Arena para recolher as "aspirações políticas" que existam em relação ao projeto do Governo. Essas aspirações poderão servir de subsídio ao substitutivo a ser votado pela Comissão Mista. Ainda ontem, o relator das reformas conversou com o Chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ministro Golbery do Couto e Silva, e com o Senador Petrónio Portela.

Ao ser lembrado que a redação das medidas de emergência, previstas no artigo 155 do projeto original, sofre críticas quanto à clareza, José Sarney respondeu:

— Pois vamos aclarar.

Em seguida, o senador maranhense falou das medidas de emergência adotadas em países europeus, como Alemanha, Itália e Inglaterra. Ele disse que a Inglaterra dispõe de dispositivos tão eficientes, que até um delegado de polícia pode intervir em áreas, e adotar medidas drásticas como censura, invasão de propriedade privada, para resguardar a ordem pública.

Sarney acha que o Brasil não pode depender de medidas radicais e amplas, como o estado de sítio, por exemplo, para eliminar convulsões de áreas restritas. Ele acha que as medidas de emergência evitarão outras mais abrangentes e terão condições de ser aplicadas com maior presteza.

## OPOSIÇÃO

José Sarney declarou-se otimista quanto à possibilidade de diálogo com a Oposição em torno do projeto, mas fez algumas advertências a respeito dos caminhos que o MDB queira dar às reformas.

— Espero manter o diálogo franco com a Oposição, sendo claro sobre os pontos em que possa se estabelecer o consenso: o objetivo principal das reformas é a supressão dos atos de exceção e a implantação do estado de direito. Acredito que a



Sarney conversou com o Senador Petrónio sobre as emendas às reformas

Oposição jamais poderá se negar a revoagar os atos de exceção para restaurar no País o controle constitucional do governo. Se isso acontecesse, a Oposição negaria a sinceridade de toda a sua pregação ao longo desses últimos anos.

— Se ao contrário do que esperamos, — enfatizou — a Oposição se recusa a superar o arbitrio, e instaurar o estado de direito, terá afirmado que seus objetivos eram mais eleitorais do que de melhoria institucional, o que não acredito possa ocorrer.

O relator do projeto adiantou que esta semana continuará a conversa que iniciou semana passada com o líder da Oposição no Senado, Paulo Brossard.

## APRECIACÃO

Sarney recebeu ontem à tarde grossos volumes de papéis, remetidos pela secretaria-geral do Senado. São o projeto original do Governo, as sub-emendas e toda a legislação a respeito da matéria. Segundo ele, foram apresentadas seis sub-emendas com quase 50 artigos. "Quer dizer — afirmou — é quase uma Constituinte."

Um dos próximos passos que ele pretende dar é o encontro com o Presidente Geisel, o que, no entanto, só pretende fazer após exame profundo de toda a matéria. Afirmou também que ouvirá o partido, antes de redigir o seu parecer.

Ele antecipou que do exame superficial que fez das sub-emendas apresentadas, ficou com a impressão de que "a oposição voltou-se mais para a afirmação de princípios programáticos do que a intenção de melhorar o projeto."

## INFORMAÇÃO

Uma das sub-emendas apresentadas ao projeto do Governo, de autoria do presidente do MDB, Deputado Ulysses Guimarães, cria no Congresso Nacional um Sistema de Informação. Ela está assim redigida:

"Introduz na Seção I do Capítulo VI da atual Constituição que trata do Poder Legislativo, um artigo com a seguinte redação:

"As duas Câmaras, em conjunto, instituirão e manterão um sistema de informação, próprio do Poder Legislativo, abrangendo os setores econômico, social e cultural".

O projeto de reformas do Governo recebeu um total de 34 propostas de alteração. O presidente da Comissão Mista, Deputado Laerte Veira (MDB-SC) englobou todas essas propostas em seis sub-emendas, sendo duas de responsabilidade de Ulysses Guimarães, uma do Senador Teotônio Velela e as demais dos deputados Dias Menezes (MDB-SP), Antônio Mariz (Arena-PB) e Ruy Codó (MDB-SP).